


ANEXO VII – ORDEM DE SERVIÇOS

Processo nº.: 0019/2020

Edital nº.: 0002/2020

 <p>PTI Parque Tecnológico Itaipu</p> <p>Av. Presidente Tancredo Neves, 6731 CEP: 85867-900 – Foz do Iguaçu, PR Tel. (45) 3576-7200 www.pti.org.br</p>	ORDEM DE SERVIÇO Nº...../20XX	
	Processo nº:	0019/2020
	Edital nº:	0002/2020
	Modalidade:	Licitação Eletrônica
	SRP:	() Sim (X) Não
	Pedido de Compra:	
	Data:	
	Centro Custo:	
	Fonte:	

FORNECEDOR:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
CIDADE/ESTADO:	
FONE/FAX/E-MAIL	
CONTATO:	

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviço de atendimento móvel pré-hospitalar e inter-hospitalar nas dependências da Fundação PTI-BR ou em outro local na cidade de Foz do Iguaçu-PR, em conformidade com o edital e seus anexos.

2. QUANTITATIVOS

2.1. Os quantitativos desta Ordem de Serviços são os seguintes:

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE MEDIDA/ MODALIDADE	TEMPO DA DIÁRIA	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Ambulância Tipo B	Diária	8 HS		R\$ 1.200,00	R\$
02	Ambulância Tipo B	½ Diária	4 HS		R\$ 600,00	R\$
TOTAL						R\$

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

LOTE 02						
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE MEDIDA/ MODALIDADE	TEMPO DA DIÁRIA	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Ambulância Tipo D	Diária	8 HS		R\$ 3.456,00	R\$
02	Ambulância Tipo D	½ Diária	4 HS		R\$ 1.728,00	R\$
TOTAL						R\$

3. DA ESPECIFICAÇÃO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços deverão ser executados na data e local determinados nesta Ordem de Serviço

3.2. A realização do serviço ficará a cargo da empresa a ser contratada, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

3.3. O aceite/aprovação dos serviços prestados não exclui a responsabilidade civil da empresa a ser contratada por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços ou disparidades com as especificações estabelecidas neste termo de referência.

3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.5. Todas as despesas com a execução dos serviços, tais como: mão de obra, transporte alimentação com a entrega, encargos, impostos de qualquer natureza incidente sobre o objeto do presente, são de inteira responsabilidade e risco da empresa contratada.

4. DO LOCAL E DATA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. Os serviços deverão ser executados nas dependências da **FUNDAÇÃO PTI-BR**, na Avenida Tancredo Neves, 6731, ou no endereço _____ (em outro local na cidade de Foz do Iguaçu, determinado pela área demandante). No dia _____ no período das _____ às _____ (área determinar os horários).

5. GARANTIA

5.1. Não se aplica ao serviço a ser contratado.

6. DO RECEBIMENTO E DA RECUSA

6.1. A verificação da conformidade do objeto consistirá em verificação física dos itens

adquiridos para constatar a integridade dos mesmos e da conformidade com as quantidades e especificações constantes do Edital e seus anexos e da proposta Registrada.

6.1.1 FUNDAÇÃO PTI-BR poderá rejeitar qualquer objeto que não atenda às especificações da contratação

6.2. O objeto dessa contratação, quando atenderem às especificações técnicas e às quantidades previstas no processo de aquisição, serão recebidos:

6.2.1 provisoriamente, em até **04 (quatro) dias corridos** da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, o qual não configura aceite;

6.2.2 definitivamente, no prazo de **07 (sete) dias corridos**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.4. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo contrato.

6.6. A qualidade será avaliada considerando o atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados pela FISCALIZAÇÃO, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pelo FORNECEDOR, laudos técnicos do material ou produto, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos pela **Área de Gestão de Pessoas**.

7. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1. Os direitos e obrigações das partes são aqueles definidos no **item 6**, do **Termo de Referência** – Anexo I do Edital.

8. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. Os direitos e obrigações das partes são aqueles definidos no **item 7**, do **Termo de Referência** – Anexo I do Edital.

9. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento ao credenciado será efetuado de acordo com a demanda, tendo por base o valor definido no edital.

9.2. É vedada a cobrança de qualquer sobretaxa em relação aos valores definidos no edital.

9.3. O pagamento da prestação de serviços será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento definitivo do serviço, a ser realizado pela **FUNDAÇÃO PTI-BR**.

9.4. O pagamento está condicionado ao aceite do documento fiscal, que consiste na validação da Nota Fiscal, observados os dados cadastrais, retenções de tributos quando aplicáveis, e compatibilidade da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), com o objeto contratado.

9.5. A nota fiscal somente poderá ser emitida após efetiva prestação de serviços, bem como a aprovação, por parte da **FUNDAÇÃO PTI-BR**, do(s) seguinte(s) documento(s):

- a)** A “Ordem de Serviço”, “Contrato” ou o Pedido de Compras” emitido pela **FUNDAÇÃO PTI-BR**;
- b)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADA;
- d)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e)** Certidão do Fundo de Garantia do Tempo e Serviço (FGTS);
- f)** Correspondência com a solicitação do respectivo pagamento, relativo a realização dos serviços executados;
- g)** Cópias das guias de recolhimento quitadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, GFIP e da Previdência Social (GPS) dos empregados da CONTRATADA que forem designados para a prestação dos serviços ora contratados, correspondente ao mês imediatamente anterior, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA, quando couber.

9.6. O pagamento dos serviços está condicionado às execuções pela CONTRATADA, a aprovação pela **FUNDAÇÃO PTI-BR**, bem como à entrega da documentação, completa, exigida para liberação do pagamento conforme prazos e condições a serem firmados em instrumento contratual.

9.7. Caso a Contratada esteja enquadrada no regime tributário do SIMPLES NACIONAL, ela deverá entregar, junto ao documento fiscal, a declaração do enquadramento e o respectivo anexo. Quando possuir benefícios fiscais de imunidade ou isenção, a mesma deve apresentar declaração com a base legal do enquadramento.

9.8. Os documentos fiscais deverão ser preenchidos em nome da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – BR, CNPJ 07.769.688/0001-18, com natureza jurídica de entidade privada sem fins lucrativos, inscrição municipal 36.687, não contribuinte de ICMS, situada na Avenida Tancredo Neves nº 6731, CEP 85.867-900, Bairro Itaipu, Foz do Iguaçu (PR).

9.8.1 Nos documentos fiscais deverão constar: o número do pedido de compras, a descrição detalhada dos serviços prestados, o local da prestação dos serviços (quando ocorrer fora do município de Foz do Iguaçu – PR) e o destaque das retenções de tributos (quando aplicáveis).

9.9. Todos os documentos fiscais eletrônicos devem ser enviados para o e-mail: nfeletronica@pti.org.br e as Notas Fiscais manuais devem ser enviadas para a área de recebimento.

9.10. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA, quando couber, estarão sujeitos à retenção de tributos, conforme legislação vigente:

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), conforme Decreto nº 9.580 de 2018 art. 74 RIR/2018. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), conforme Lei 10.833/2003 e Instrução Normativa RFB 459/2004;

II - Contribuição social previdenciária (INSS), na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;

III - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital;

IV - Demais tributos incidentes sobre o objeto da contratação.

9.11. A CONTRATADA quando da formalização de sua Proposta Comercial assumirá a responsabilidade de fazê-la com inclusão de todas as obrigações e encargos, ou seja, todos os custos incidentes para a consecução do objeto contratado, não podendo ser atribuída à

FUNDAÇÃO PTI-BR nenhuma despesa adicional, a qualquer título.

9.12. Caso a CONTRATADA não apresente a documentação completa exigida para liberação do pagamento da nota fiscal/fatura no prazo estabelecido, o respectivo pagamento dos serviços somente ocorrerá a 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação formal, pela CONTRATADA à **FUNDAÇÃO PTI-BR**, dos respectivos documentos faltantes.

9.13. A **FUNDAÇÃO PTI-BR** poderá, ao seu critério, deduzir (dos pagamentos devidos à CONTRATADA) valores cobrados pela mesma sem o devido respaldo contratual ou resultantes de multas ou qualquer outro débito da CONTRATADA decorrente dos compromissos assumidos neste instrumento contratual.

10. PENALIDADES

10.1. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- a)** Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- b)** Apresentação de documento falso;
- c)** Qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- d)** Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- e)** Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- f)** Incorrer em inexecução contratual;
- g)** Não pagamento, pela CONTRATADA, das verbas trabalhistas, encargos sociais e previdenciários.

10.2. Para toda e qualquer ofensa a deveres contratuais, poderão ser aplicadas a CONTRATADA, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

- I** - Advertência para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o **FUNDAÇÃO PTI-BR**.
- II** - Multa Moratória equivalente a 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor atualizado do Instrumento Contratual, por dia de atraso.
- III** - Multa Compensatória de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual, no caso de inexecução total do mesmo ou por ato que frustre ou fraude a licitação, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

IV - Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a FUNDAÇÃO PTI-BR, por até 5 (cinco) anos.

10.3. Considera-se, como inexecução total do instrumento contratual, o atraso na execução do serviço por mais de 02 (duas) horas.

10.4. Como forma de punir certas ocorrências pontuais da CONTRATADA, serão aplicados os quadros a seguir, respeitando-se o limite para a aplicação de multas estabelecida por este Termo de Referência, independentemente da aplicação de outras penas.

10.4.1 A caracterização formal da "ocorrência", do item "DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA" do "Quadro 2 - Infração", será a notificação da CONTRATADA pela Fiscalização da **FUNDAÇÃO PTI-BR**, sendo de um dia a periodicidade mínima para a repetição desses atos.

Quadro 1 - Correspondência

GRAU	VALOR DA MULTA
1	0,2% do valor do contrato
2	0,4% do valor do contrato
3	0,8% do valor do contrato
4	1,6% do valor do contrato
5	3,2% do valor do contrato

10.5. Na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **FUNDAÇÃO PTI-BR** deverá ser considerada a dosimetria da penalidade, conforme tabela a seguir:

INFRAÇÃO	PENA (MÁXIMA)
Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;	04 (quatro) meses
Apresentação de documento falso;	30 (trinta) meses
Qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;	30 (trinta) meses
Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;	30 (trinta) meses
Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;	36 (trinta e seis) meses
Incorrer em inexecução contratual.	12 (doze) meses

10.5.1 A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **FUNDAÇÃO PTI-BR** para o caso de inexecução contratual deve ser aplicada apenas no caso de inadimplemento grave ou que se entenda que não é dispensável de cumprimento.

10.6. As sanções, previstas na tabela acima, de infração e pena, poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante abaixo, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência dos seguintes termos:

I - Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro, no Cadastro de Fornecedores da **FUNDAÇÃO PTI-BR**, de penalidade aplicada em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas neste instrumento, nos 24 (vinte e quatro) que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II - Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III - Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

IV - Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

10.7. As infrações, independentemente de sua gravidade, poderão ser aplicadas de modo cumulativo, mais de uma penalidade, sem prejuízo da eventual rescisão contratual sem o direito a indenização.

10.8. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a **FUNDAÇÃO PTI-BR**, nos termos do art. 157 do RELC:

I - às pessoas físicas integrantes do quadro societário da pessoa jurídica independentemente de nova pessoa jurídica que vieram a criar ou de outra em que figurarem como sócios.

II - às pessoas jurídicas que possuam sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

10.9. A **FUNDAÇÃO PTI-BR** poderá rescindir o contrato caso o montante correspondente à soma dos valores das multas moratórias ultrapassem a 10% (dez por cento) do valor total atualizado do Instrumento Contratual.

10.10. Se a multa aplicada não for suficiente para cobrir os prejuízos causados à **FUNDAÇÃO PTI-BR**, poderá esta, justificadamente, requerer a diferença a que tem direito.

10.11. As sanções de advertência, e suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **FUNDAÇÃO PTI-BR**, por até 5 (cinco) anos, poderão ser aplicados juntamente com as sanções de multa, a depender do caso e a sua aplicação, ainda

que de forma cumulada, não exime a responsabilidade da CONTRATADA de indenizar eventuais perdas e danos ocasionados à **FUNDAÇÃO PTI-BR** decorrentes do descumprimento contratual e/ou obrigação editalícia.

10.12. A multa não será aplicada caso o fato gerador em que incorreu a CONTRATADA tenha sido consequência de motivo de força maior ou caso fortuito.

10.13. A **FUNDAÇÃO PTI-BR** reserva-se o direito de deduzir dos valores devidos à CONTRATADA as multas aplicadas e a importância necessária ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos, que esta causar à **FUNDAÇÃO PTI-BR** ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

10.14. As penalidades estabelecidas neste item não excluem nenhuma outra prevista em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à **FUNDAÇÃO PTI-BR**.

10.15. Na contagem dos prazos estabelecidos no Instrumento Convocatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos.

10.16. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se O art. 160 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil - RELC.

10.17. O FORNECEDOR poderá interpor defesa e apresentar e/ou requerer a produção de provas, conforme o caso.

10.18. Da decisão final cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da intimação do ato. O recurso deverá ser julgado pelo Diretor Administrativo-Financeiro da **FUNDAÇÃO PTI-BR**.

10.19. A não ocorrência das penalidades acima referidas, não impede que a **FUNDAÇÃO PTI-BR** rescinda unilateralmente o Instrumento Contratual.

10.20. Na aplicação das sanções deverão ser considerados os danos resultantes da infração, situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza, bem como a outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto, observado o princípio da razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação, art. 158 do RELC.

10.21. No caso de atraso do pagamento por parte da **FUNDAÇÃO PTI-BR**, a CONTRATADA poderá exigir as penalidades a seguir:

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

- a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela pendente.
- b) Juros de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da parcela pendente.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos financeiros previstos para atender as despesas decorrentes desta aquisição, correrão à conta CENTRO DE CUSTOS: _____, FONTE _____, Natureza Orçamentária _____, Produto _____.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As eventuais tolerâncias da **FUNDAÇÃO PTI-BR** para com o FORNECEDOR em relação ao cumprimento, total ou parcial, de cláusulas e/ou condições pactuadas neste instrumento, não poderão ser alegadas como alteração ou modificação contratual, devendo ser considerada como mera liberalidade da **FUNDAÇÃO PTI-BR**, não obrigando à adoção de igual procedimento em casos futuros.

12.2. Fica ressaltada a total inexistência de vínculo trabalhista entre as partes contratantes, não havendo nenhum tipo de relação de subordinação.

ÁREA SOLICITANTE	
GESTOR DA ÁREA SOLICITANTE	

Outras informações que a FUNDAÇÃO PTI-BR julgar necessárias

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de 2020.

NOME E ASSINATURA DO GESTOR DA ÁREA SOLICITANTE

NOME E ASSINATURA/RECEBIDO DA CONTRATADA